

A bancada evangélica na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2017-2020)

*The Evangelical Parliamentary Group in the City Council of Rio de Janeiro
(2017-2020)*

*El Grupo Parlamentario Evangélico en el Concejo Municipal de Río de Janeiro
(2017-2020)*

Guilherme Esteves Galvão Lopes¹

Resumo: Segunda cidade mais importante do Brasil e um dos maiores destinos turísticos do mundo, o Rio de Janeiro apresenta, desde o fim dos anos 2000, considerável representação evangélica no Legislativo municipal, no mesmo contexto no qual a cidade experimentou acentuado crescimento populacional do segmento. Diante deste quadro, esta pesquisa se propõe a analisar a composição da bancada evangélica na Câmara Municipal carioca, compreender sua atuação e delimitar suas relações com o Executivo municipal entre os anos de 2017 e 2020, concomitantemente à gestão do prefeito Marcelo Crivella, bispo evangélico e expoente religioso no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Bancada evangélica; Poder; Rio de Janeiro.

Abstract: The second most important city in Brazil and one of the biggest tourist destinations in the world, Rio de Janeiro has had considerable evangelical representation in the municipal legislature since the late 2000s, in the same context in which the city experienced a sharp population growth in the segment. Given this scenario, this research aims to analyze the composition of the evangelical parliamentary group in the Rio de Janeiro City Council, understand its activities and delimit its relations with the municipal executive between the years 2017 and 2020, concomitantly with the administration of Mayor Marcelo Crivella, an evangelical bishop and religious exponent in the National Congress.

Keywords: Evangelical Parliamentary Group; Power; Rio de Janeiro.

Resumen: Por ser la segunda ciudad más importante de Brasil y uno de los mayores destinos turísticos del mundo, Río de Janeiro cuenta con una considerable representación evangélica en la legislatura municipal desde finales de la década de 2000, en el mismo contexto en que la ciudad experimentó un fuerte crecimiento demográfico en el segmento. Ante este escenario, esta investigación tiene como objetivo analizar la composición del grupo parlamentario evangélico en el Concejo Municipal de Río de Janeiro, comprender su desempeño y delimitar sus relaciones con el Ejecutivo municipal entre los años 2017 y 2020, concomitantemente con

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC/CPDOC/FGV). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). e-mail: guilhermegalvaolopes@gmail.com

la gestión del alcalde Marcelo Crivella, obispo evangélico y exponente religioso en el Congreso Nacional.

Palabras clave: Grupo Parlamentario Evangélico; Poder; Río de Janeiro.

Introdução

Nas eleições de 2018, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSL/RJ) foi o vencedor da corrida presencial, derrotando no 2º turno o candidato Fernando Haddad (PT/RJ), ex-prefeito de São Paulo. Àquela altura, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chefe do Executivo federal entre 2003 e 2010, encontrava-se preso por conta de uma condenação relacionada à Operação Lava Jato, comandada pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba.

No contexto da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, um segmento social tornou-se fundamental para que sua tentativa fosse exitosa: os evangélicos. Segundo pesquisa do Datafolha realizada no 2º turno das eleições de 2018, a preferência do eleitorado evangélico em relação ao candidato do PSL era de 69%, contrastando com outras manifestações religiosas como as de matriz africana (70% favoráveis ao candidato Haddad) e o próprio catolicismo, “grande mediador cultural do país”, segmento onde houve relativo equilíbrio entre os candidatos – Bolsonaro obteve 51% das intenções de voto².

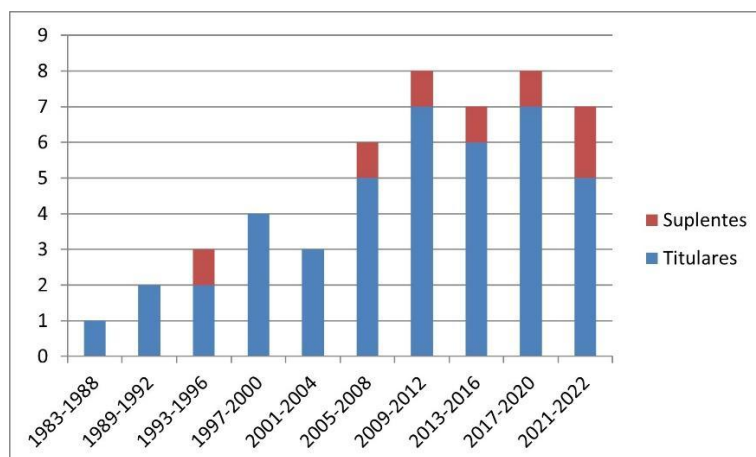
O caminho percorrido pelos evangélicos no campo político foi iniciado ainda em meados da década de 1980, quando houve a “irrupção pentecostal” no primeiro estágio da Nova República, seguida pela eleição de parlamentares religiosos e a organização de uma bancada evangélica, cuja configuração é semelhante à atual, no decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988³.

Gráfico 1 – Quantitativo de vereadores evangélicos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1983-2022)⁴

² ALMEIDA, Ronaldo. **Deus acima de todos**. In: ABRANCHES, Sergio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 37-38.

³ FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Orientador: Sergio Miceli Pessoa de Barros. 1993. 303 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993; LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**. Salvador: Sagga, 2021.

⁴ Gráfico e tabelas de elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelos vereadores em suas redes sociais e perfis individuais no *site* da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.



O Rio de Janeiro foi um dos grandes polos irradiadores desta tendência – seja pela relevância a nível nacional e internacional, pelo crescimento populacional dos evangélicos ou por sediar um dos mais importantes movimentos do pentecostalismo brasileiro: o neopentecostalismo, marcado pela fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em 1977, no subúrbio carioca do Méier, e da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), em 1980, na região da Central do Brasil.

Somados, estes fatores implicaram no crescimento da representatividade evangélica carioca não apenas no Congresso Nacional, sendo reproduzido também em seu Legislativo municipal, sobretudo a partir dos anos 2000. O ápice deste movimento ocorreu em dois momentos distintos: na 8ª (2009-2012) e 10ª (2017-2020) legislaturas, os evangélicos ocuparam 7 cadeiras como titulares e 1 como suplente em cada, figurando em ambas com sua maior representatividade histórica na política carioca.

Entretanto, nossa opção foi pela análise da representação evangélica na 10ª legislatura por três motivos em específico: a ascensão e organização de movimentos políticos conservadores a partir das manifestações de rua de junho de 2013; o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), ocorrido em meio ao processo eleitoral; e a eleição do senador Marcelo Crivella (PRB) para a prefeitura do Rio de Janeiro, quando derrotou o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) no 2º turno.

Nosso objetivo, portanto, é compreender como os elementos acima influenciaram na composição evangélica da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, examinar a configuração da bancada eleita e os vínculos políticos estabelecidos com a administração municipal, chefiada pela primeira vez em sua história – desde 1565 – por um religioso evangélico.

As configurações do protestantismo brasileiro

Pelo fato de tratarmos, neste artigo, de temáticas diretamente relacionadas aos evangélicos brasileiros, consideramos necessário, previamente, abordarmos algumas das configurações e características do protestantismo em nosso país, a começar pela própria nomenclatura:

O próprio termo evangélico, em si, é alvo de discordâncias, sendo apontado como uma designação genérica, que não leva em conta as diferenças históricas e doutrinárias entre os diferentes grupos. Para Ricardo Mariano, especificamente na América Latina, o termo “recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI”. Habitualmente, os evangélicos brasileiros distinguem-se como reformados ou históricos (popularmente chamados de tradicionais), e pentecostais. O primeiro grupo engloba as igrejas oriundas da Reforma e algumas de suas tendências, como batistas, presbiterianos, luteranos e anglicanos. No segundo, estão incluídas a Congregação Cristã no Brasil (CCB), a AD, o Evangelho Quadrangular, o Brasil Para Cristo, a Deus é Amor, a Casa da Bênção e a Universal do Reino de Deus, para citarmos as principais⁵.

Entre os evangélicos tradicionais, mencionamos a distinção entre as igrejas de missão e as de imigração que, embora venha caindo em desuso, é considerável por distinguir a dinâmica do protestantismo brasileiro no século XIX. Em linhas gerais, as igrejas de imigração foram “transplantadas” para o Brasil a partir do fluxo migratório europeu iniciado nas primeiras décadas do século retrasado, cuja principal característica é o forte componente étnico, destacando-se os luteranos. O outro grupo tem sua origem no trabalho missionário empreendido por religiosos vinculados às igrejas estrangeiras, assentado na preocupação com a evangelização de brasileiros, dos quais destacamos metodistas, presbiterianos e batistas.

O pentecostalismo brasileiro desenvolveu-se a partir dos primeiros anos do século XX, influenciado pelo movimento de avivamento espiritual ocorrido em Los Angeles (EUA), especificamente na rua Azusa. No Brasil, as duas principais denominações surgiram neste contexto: Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembléia de Deus (1911), fundadas e desenvolvidas fora dos grandes centros urbanos. Elas enquadram-se no que Paul Freston desenvolveu como sendo a primeira onda do pentecostalismo brasileiro.

A segunda onda veio na década de 1950, com o surgimento da Igreja do Evangelho Quadrangular (1955), no contexto do movimento da cura divina: sua principal característica é

⁵ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Salvador: Sagga, 2021, p. 25-26.

a ocorrência de possíveis milagres instantâneos, mediante a fé e a intervenção de líderes religiosos carismáticos, no sentido weberiano. Outras igrejas da mesma linha são a Deus é Amor (1962), Brasil para Cristo (1956) e Casa da Bênção (1964). Ricardo Mariano descreve a segunda onda como deuteropentecostal.

No fim da década de 1970 ocorre a terceira onda, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (1977). Em seguida, é criada a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), e o neopentecostalismo, nome que caracteriza o movimento, experimenta forte crescimento nas décadas posteriores. Sua principal base é a Teologia da Prosperidade, desenvolvida nos EUA, compreendendo uma equação que envolve fé, sacrifícios financeiros e confissão positiva.

Atualmente, embora ainda não sejam abundantes, existem pesquisas que procuram dar conta do surgimento de novas tendências no interior do protestantismo brasileiro: o principal é o movimento apostólico, que embora esteja próximo do neopentecostalismo, encontrou eco até mesmo entre as igrejas tradicionais, sobretudo pelas suas características fortemente dominionistas, com espaço para o sionismo cristão. Outros movimentos menores, mas não menos relevantes, são as vertentes neo-ortodoxas, de caráter conservador, organizadas sobretudo em denominações calvinistas, e os evangélicos progressistas, ligados aos movimentos sociais e partidos de esquerda como PT e PSOL.

As manifestações de junho de 2013 e o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016)

Eleito para o segundo mandato em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou, em sua sucessão, o apoio à sua ex-ministra de Minas Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010), Dilma Rousseff. Ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar iniciada em 1964, esteve entre os fundadores do PDT no Rio Grande do Sul, em 1980. Secretária de Fazenda de Porto Alegre na gestão de Alceu Collares (1986-1988), distanciou-se de sua liderança nas eleições de 2000, quando já era secretária estadual de Minas e Energia, filiando-se ao PT no ano seguinte.

Nas eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff derrotou no 2º turno o candidato favorito, José Serra (PSDB), que ocupou os cargos de governador, deputado federal e senador por São Paulo, além de ter sido prefeito da capital paulista e ministro da Saúde (1998-2002), durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso.

No mesmo ano, a representação evangélica no Congresso Nacional experimentou importante crescimento numérico, recuperando-se do declínio sofrido em 2006 por conta do envolvimento de parlamentares religiosos em escândalos de corrupção como a Máfia das Ambulâncias e o Mensalão. Entre os eleitos, destacaram-se os deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Marco Feliciano (PSC/SP), João Campos (PSDB/GO) e o senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), eleito para o segundo mandato seguido.

Lopes aponta que o PT colaborou com a consolidação da bancada evangélica, ainda no governo Lula, quando a Frente Parlamentar Evangélica foi criada em 2003. Dois anos depois, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, conquistou o registro definitivo, passando a abrigar inclusive o vice-presidente José Alencar. Naquele momento, “o senador Marcelo Crivella disse “que as alianças que o novo partido fará ‘serão pela esquerda’ e que o Partido Republicano (nome que ele já usa) vai apoiar o governo Luiz Inácio Lula da Silva ‘sob a liderança’ de Alencar”⁶.

As relações entre os líderes evangélicos no Congresso Nacional e os governos do PT, entretanto, deterioraram-se ainda na campanha de 2010, quando as temáticas morais e comportamentais ganharam o centro do debate político a partir da discussão, em 2009, do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que contemplou pautas como o aborto, gênero, desarmamento, “desconstrução da heteronormatividade”, regulamentação da prostituição, dentre outras, complementadas pelo Projeto de Lei 122/2006, da deputada Iara Bernardi (PT/SP), que objetivava a criminalização da homofobia⁷.

Um dos pontos polêmicos do PNDH-3, que previa a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, “estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação”, provocou o acirramento das divergências por parte de parlamentares conservadores, sobretudo os concessionários de radiodifusão, destacando-se os grupos evangélicos⁸.

⁶ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 906, 2016.

⁷ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 908-909, 2016.

⁸ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 909, 2016.

Em paralelo, crescia a insatisfação de importantes setores sociais com os rumos econômicos do país, principalmente com o aumento da inflação e o fraco desempenho do PIB brasileiro. Este momento coincidiu com a realização de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que demandaram altos investimentos em infraestrutura, como a reforma e construção de estádios, gastos considerados demasiados e denunciados por suspeita de corrupção por parte considerável da grande mídia.

Neste contexto específico, em junho de 2013, ocorreram inúmeras manifestações, com variados graus de articulação, nas principais cidades do país. O objetivo inicial era protestar contra o aumento das passagens do transporte público, exigindo também uma prestação satisfatória do serviço. Em seguida, devido à repressão policial, algumas pautas foram incorporadas, como o fim da violência estatal. Houve também protestos direcionados aos grandes veículos de mídia, em virtude da cobertura crítica às mobilizações.

Com o aumento da dimensão dos protestos, as reivindicações tornaram-se difusas: desde críticas aos gastos com a construção de estádios para a Copa do Mundo e à política de segurança pública em estados como o Rio de Janeiro, elas chegaram aos questionamentos sobre o sistema político e a democracia representativa no país. Tornou-se comum a ocorrência de eventos violentos, com forte repressão policial e ataques dos manifestantes aos prédios governamentais, sendo um dos maiores exemplos a tentativa de invasão da Assembleia Legislativa do Rio.

O cientista político Pedro Luiz Lima e o cientista social Mateus Hajime, em sua pesquisa sobre a presença do componente conservador nas manifestações de junho de 2013, analisam as interpretações da filósofa Marilena Chauí e do sociólogo Jessé Souza acerca do tema:

O sentido geral de sua argumentação recente está em mostrar como junho deve ser entendido como o “ovo da serpente” da reação conservadora no país. Para isso, ele [*de Jessé Souza*] adota uma comum distinção entre duas fases das manifestações: o início dos atos, em que havia mais “batalhadores” e jovens pobres nas ruas; e um segundo momento, em que a “classe média tradicional” teria assumido o sentido das manifestações.

A tese das duas fases é determinante no argumento de Souza, uma vez que este se baseia numa suposta “manipulação” do sentido originário das manifestações. O que aparece inicialmente como uma “aliança entre estudantes e ‘batalhadores’ da classe trabalhadora precária (...) por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares” teria, em pouco tempo, se “federalizado” e se transformado em manifestações massificadas, com o apoio da mídia nacional e o “incontestado protagonismo” da classe média (Souza, 2015, p. 240).

Com a construção deste hiato entre os dois momentos, parece-nos que Souza a um só tempo salvaguarda o potencial sentido progressista originário dos primeiros movimentos de junho de 2013, enquanto busca ressaltar o caráter “manipulatório” que adultera a dinâmica das manifestações. É interessante observar que esta versão dos fatos ainda parece restituir a ambivalência do fenômeno histórico, mas o faz às custas de separar as valências no tempo e de distinguir precisamente seus portadores – a positiva teria vindo antes, expressada por jovens estudantes e “batalhadores”, enquanto a negativa viria depois pelas mãos da mídia manipuladora e da classe média tradicional⁹.

Para Marilena Chauí, o entendimento das “jornadas de junho de 2013” passa, obrigatoriamente, pela compreensão da dinâmica de classes no Brasil: a autora afirma a haver a existência de “certas invariantes da ideologia da classe média e a emergência de uma ‘nova classe trabalhadora’ suscetível de ser arrastada para a corrente conservadora em tempos de individualismo neoliberal triunfante”¹⁰. Chauí afirmou que a classe média não teria poder suficiente para determinar sozinha “o caráter conservador de junho”, figurando a mídia como elemento manipulador e influenciador em um processo de “absorção ideológica” por elementos originados do sistema capitalista, como a “ideologia do empreendedorismo” e a “teologia da prosperidade”¹¹.

Como consequência, as manifestações de junho de 2013 sinalizaram a hegemonia da “ideologia conservadora e midiática”, que considera a política uma instância de corrupção, cujo autoritarismo deriva das convergências entre três personagens: o primeiro, formado pela classe média, a grande mídia e elementos neoliberais da “nova classe trabalhadora”; o segundo, os movimentos sociais emergentes, como o próprio Movimento Passe Livre (MPL), cujas mobilizações derivaram-se de sua atuação; e o terceiro, os grupos *black bloc*, que atuariam com uma estratégia de viés fascista¹².

Compreendemos, a partir desta análise, que Chauí e Souza consideraram os movimentos de junho de 2013 o marco da ascensão de uma nova modalidade de conservadorismo, que passou a desmoralizar e desacreditar instituições democráticas seculares, os partidos políticos e os antigos movimentos sociais (como sindicatos), enquadrando-os enquanto agentes corruptos, que deveriam, portanto, ser combatidos e

⁹ LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan (São Paulo)**, [S. l.], n. 13, p. 97, 2018.

¹⁰ LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan (São Paulo)**, [S. l.], n. 13, p. 9, 2018.

¹¹ LIMA, P. L.; HAJIME, M. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan (São Paulo)**, [S. l.], n. 13, p. 103-104, 2018.

¹² LIMA, P. L.; HAJIME, M. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan (São Paulo)**, [S. l.], n. 13, p. 105, 2018.

erradicados. Foi neste ambiente que líderes políticos conservadores, como o deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), aumentam sua visibilidade e seu capital eleitoral

Em 2014, a presidente Dilma Rousseff foi candidata à reeleição em um ambiente menos favorável que o experimentado em 2010, período auge da popularidade do presidente Lula:

O debate presidencial girou em torno da retração econômica do país, aumento da inflação e a maquiagem das contas públicas, as famosas pedaladas fiscais. Em paralelo, tinha início a Operação Lava-Jato, que apura esquemas bilionários de corrupção envolvendo a maior estatal do país, a Petrobras, comandada pelo juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba.

Figuras de destaque do PT, como o ex-líder do partido no Senado Delcídio Amaral, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado no processo do Mensalão, além do próprio ex-presidente Lula, foram investigados pela operação¹³.

No 2º turno, a presidente enfrentou o senador Aécio Neves (PSDB/MG), que explorou o fracasso das políticas econômicas do governo, o aumento da violência urbana, as pautas de costumes – buscando os conservadores e os religiosos – e os escândalos de corrupção que envolveram membros do PT desde 2003, buscando capitalizar todo o sentimento antipetista do eleitorado brasileiro potencializado pela Operação Lava-Jato e pelo ambiente criado em 2013.

Dilma Rousseff foi reeleita, mas a pequena margem que possibilitou sua vitória (3,28%) tornou-se a maior demonstração de que a sociedade brasileira encontrava-se dividida, e seu maior desafio estava no sentido de unir o país, conciliando os interesses de setores sociais altamente antagônicos. Outros indícios latentes foram o desempenho de candidaturas de oposição como a da ex-senadora Marina Silva (PSB), que conquistou 21,32% dos votos no 1º turno, e o crescimento da bancada evangélica: 74 deputados federais, segundo o DIAP.

No início de 2015, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), importante liderança evangélica, foi eleito para a presidência da Câmara, derrotando o ex-presidente da casa Arlindo Chinaglia (PT/SP), por 267 votos a 136. Cunha, que havia chegado à política através da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello em 1989, tornou-se o maior opositor da presidente Dilma Rousseff por uma questão pragmática: investigado pela Lava Jato, foi alvo das investidas de parlamentares do PT no Conselho de Ética.

¹³ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 910, 2016.

Em represália, deu prosseguimento aos pedidos de *impeachment* protocolados contra Rouseff:

Em 15 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo contra Rouseff, por 367 a 137. No mês seguinte, foi a vez do Senado aprová-lo, por 55 votos a 22. Com o ato, o vice-presidente Michel Temer foi empossado interinamente na Presidência. Após meses de julgamento, dirigido pelo presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, Dilma Rouseff foi finalmente cassada, sem perda dos direitos políticos, pelo placar de 61 votos favoráveis e apenas 20 contrários. Michel Temer foi empossado em definitivo no mesmo dia, 31 de agosto de 2016.

Em meio ao processo de *impeachment*, Eduardo Cunha cedeu às pressões e renunciou ao cargo do presidente da Câmara em julho. Menos de duas semanas após a cassação de Rouseff, Cunha foi cassado, pelo placar esmagador de 450 a 10, após 335 dias do pedido, sendo considerado o processo mais longo da história do Legislativo federal. Em 19 de outubro, foi preso preventivamente pela Polícia Federal, devido às acusações provenientes da Operação Lava-Jato¹⁴.

Lopes conclui que “não pairam dúvidas sobre o protagonismo da bancada evangélica no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rouseff, em conjunto com outros segmentos políticos, como a bancada ruralista”. Neste sentido, a presença de Eduardo Cunha na presidência da Câmara foi fundamental, ocupando, mesmo que momentaneamente, a articulação de setores conservadores e anti petistas, ao aproveitar-se de todo o desgaste político e da alta impopularidade da presidente deposta¹⁵.

O governo Eduardo Paes e as eleições municipais de 2016

As eleições de 2008 marcaram o fim de uma longa era no comando da cidade do Rio de Janeiro: naquele ano, chegava ao fim o terceiro mandato de Cesar Maia. Ex-deputado federal pelo PDT, Maia foi secretário de Fazenda e presidente do BANERJ no primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987). Ao romper com o líder do PDT, foi para o PMDB e elegeu-se prefeito pela primeira vez em 1992. Quatro anos depois, indicou o sucessor, seu secretário de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, vitorioso no pleito. Em 2000, após rompimento

¹⁴ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rouseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 911, 2016.

¹⁵ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rouseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 911-912, 2016.

político, o derrotou no 2º turno depois de uma espetacular virada. Foi reeleito em 2004 ainda no 1º turno, derrotando novamente Conde e o senador Marcelo Crivella, do PL¹⁶.

Dentre as marcas de sua gestão destacam-se políticas urbanas relevantes como o Rio Cidade, Favela-Bairro e o Rio Rua. Grandes obras viárias executadas na cidade, como a construção da Linha Amarela e a duplicação de grandes avenidas e estradas também foram marcas de seus governos, sendo também responsável por revelar novos talentos políticos em seu secretariado. Um deles, Eduardo Paes, foi escolhido em 1993 subprefeito da Zona Oeste.

Em 1996, Paes foi o vereador mais votado da cidade pelo PFL. Foi eleito deputado federal por duas vezes, em 1998 e 2002. No ano de 2003 filiou-se ao PSDB, partido por onde se candidatou ao governo do Rio em 2006, quando terminou em 4º lugar. Tornou-se secretário de Turismo, Esporte e Lazer na gestão de Sérgio Cabral (PMDB), deixando o cargo para concorrer à prefeitura da capital. Vencedor da disputa contra o deputado federal Fernando Gabeira (PV), Paes assumiu o cargo em janeiro de 2009.

Em sua gestão, um dos principais desafios foi a preparação do Rio de Janeiro como sede de grandes eventos internacionais: Jogos Mundiais Militares (2011); Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações, ambas em 2013; a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos de 2016, além de três edições do Rock in Rio (2011, 2013 e 2015), ao mesmo tempo em que precisava administrar uma cidade com graves problemas de mobilidade, de crescimento desordenado e alto índices de criminalidade.

Dentre as principais iniciativas de seu governo, destacamos o enfrentamento da desordem urbana através do “Choque de Ordem”, com ações de fiscalização em diferentes áreas; o reordenamento do transporte público da cidade, através da licitação de novas linhas de ônibus e a criação de consórcios para operação do sistema; e a criação de programas como o Porto Maravilha, de revitalização da região portuária, do Morar Carioca e do Bairro Maravilha.

Entretanto, foram grandes e ambiciosas obras públicas que marcaram sua administração, como a criação do sistema BRT (Sistema Rápido de Ônibus) nos novos corredores TransCarioca, TransOlímpica e TransOeste; os museus do Amanhã e de Arte do Rio (MAR); os túneis da Grota Funda, Rio 450 e Prefeito Marcello Alencar; a polêmica implosão do viaduto da Perimetral; os parques Olímpico, dos Atletas e de Madureira; a criação do VLT (veículo leve sobre trilhos), sistema de bondes na região central da cidade;

¹⁶ LOPES, Guilherme Esteves Galvão; LIMA, Samuel Braun Pereira. Brizolismo e antibrizolismo: a disputa eleitoral no Rio de Janeiro em 1998. *Revista de História da UFBA*, v. 9, p. 01-17, 2021.

além da implantação das Clínicas da Família, dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI), Naves do Conhecimento, Ginásios Experimentais e Arenas Cariocas.

Diante das profundas transformações empreendidas por Eduardo Paes à frente da prefeitura, sua reeleição foi conquistada em 2012, ainda no primeiro turno, recebendo apoio e estabelecendo parcerias, durante as duas gestões, com os presidentes Lula e Dilma Rousseff e os governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, além dos senadores Lindberg Farias (PT), Francisco Dornelles (PP) e Marcelo Crivella (PRB).

A campanha eleitoral de 2016, que ocorreu em meio ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, influenciou consideravelmente o debate político. Paes apoiou o deputado federal Pedro Paulo (PMDB), considerado seu braço direito, apoiado por ampla coligação de 15 partidos. Em paralelo, parte da base aliada de Paes se fragmentou a partir do lançamento das candidaturas de seus ex-aliados Jandira Feghali (PC do B), Carlos Roberto Osório (PSDB), Índio da Costa (PSD) e Marcelo Crivella, todos parlamentares.

Além do alto número de candidatos, Pedro Paulo também foi prejudicado pelas denúncias de agressões à sua ex-esposa, não conseguindo alcançar o segundo turno das eleições, mesmo contando com a alta popularidade de Eduardo Paes em seu favor. A disputa ocorreu entre o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), apoiado apenas pelo PCB, e o senador Marcelo Crivella, vencedor com 1.700.030 votos (59,36%).

Os evangélicos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2017-2020)

Em 2016, dos 51 vereadores eleitos no Rio de Janeiro, 7 eram evangélicos, perfazendo pouco menos de 14% da representação da casa legislativa. Durante a 10ª legislatura (2017-2020), mais um evangélico assumiu o mandato temporariamente, totalizando 8 vereadores e igualando o quantitativo da 8ª legislatura (2009-2012).

Tabela 1 – Vereadores evangélicos da 10ª Legislatura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Nome	Nome completo	Nasc.	UF	Igreja	Condição	Votos	Partido
Alexandre Isquierdo	Alexandre Isquierdo Moreira	1972	RJ	ADVEC	Titular	24.701	DEM
Dr. Jorge Manaia	Jorge Henrique Martins Manaia	1963	RJ	IIGD	Titular	13.249	SD
Eliseu Kessler	Eliseu Gomes Kessler	1968	RJ	AD	Titular	10.777	PSD
Inaldo Silva	José Inaldo Fernandes da Silva	1964	PB	IURD	Titular	22.735	PRB

João Mendes de Jesus	João Mendes de Jesus	1953	BA	IURD	Titular	31.516	PRB
Matheus Floriano	Matheus Gabriel Silva	1984	RJ	IMPD	Suplente	8.620	DEM
Otoni de Paula	Otoni Moura de Paulo Junior	1976	RJ	AD	Titular	7.801	PSC
Tânia Bastos	Tania Cristina Magalhães Bastos e Silva	1967	SE	IURD	Titular	22.930	PRB

A principal característica, comum a todos os parlamentares evangélicos, é que nenhum pertencia aos tradicionais partidos de esquerda: o vereador Dr. Jorge Manaia, da Igreja Internacional da Graça de Deus, havia pertencido ao PDT e foi eleito pelo Solidariedade, mas buscou a reeleição pelo Progressistas (PP). No primeiro turno, os evangélicos pertenciam às siglas que apoiaram quatro diferentes candidaturas (Crivella, Pedro Paulo, Flávio Bolsonaro e Índio da Costa). No segundo turno, entretanto, todos formam um palanque com o candidato Crivella.

Da mesma forma, nenhum dos eleitos (nem o suplente que assumiu o mandato temporariamente) era membro de igrejas evangélicas históricas, denotando a hegemonia dos pentecostais em sua representação, traço comum à bancada evangélica no Congresso Nacional, marcada pelo predomínio pentecostal desde as eleições de 1986. A Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus concentravam 75% dos vereadores.

Dos oito parlamentares, apenas uma mulher era representante: a vereadora Tânia Bastos (PRB), da Igreja Universal, eleita pela primeira vez em 2008. E além dela, João Mendes de Jesus e Otoni de Paula eram os únicos afrodescendentes da bancada, cuja história na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi marcada justamente por uma evangélica: Benedita da Silva, eleita pelo PT em 1982, a primeira negra no Legislativo carioca.

Apenas três dos vereadores evangélicos eram estreantes em mandatos parlamentares: Inaldo Silva, Matheus Floriano (filho do deputado federal Francisco Floriano, da Igreja Mundial do Poder de Deus) e Otoni de Paula – que deixou sua cadeira em 2018 após ser eleito deputado federal pelo PSC, com 120 mil votos. A média de idade dos vereadores, tendo por base o ano de 2016, era de 47,6 anos.

Um dado peculiar sobre a origem geográfica é que, à exceção dos três vereadores membros da IURD, todos eram nascidos no Rio. Lopes nos aponta duas razões que podem ter influenciado este quadro:

A primeira delas, devido à intensa migração interna, intensificada com o processo de industrialização dos anos 1950 e 1960, partindo especialmente do Nordeste em direção ao Sudeste. A segunda razão é a atividade sacerdotal, que em alguns casos,

exige que o religioso se desloque para outros municípios e estados, visando o trabalho evangelístico, a plantação e direção de templos, e o exercício de outras atividades inerentes ao seu ofício¹⁷.

O pesquisador também buscou explicações sobre a reduzida representação feminina na Câmara – tanto a evangélica, quanto a total, com apenas 7 vereadoras eleitas (13,72%):

Sobre a inserção feminina na política, como um todo, apontamos aspectos culturais e históricos brasileiros que convergem para a pequena representatividade. [...] No Brasil, apenas em 1932 o direito de voto foi a elas estendido.

Somando-se aos fatores histórico-culturais, estão os elementos doutrinários e religiosos, no que diz respeito à inserção da mulher evangélica na política. Tendo como base interpretações bíblicas ou tradições, diversas igrejas não aceitavam a ordenação feminina para o pastorado. Conseqüentemente, cabia apenas aos homens a ordenação pastoral, restringindo a eles, também, a liderança, a organização e o governo das denominações. Em muitas delas, às mulheres era facultado apenas o diaconato, sendo proibida a ocupação de cargos em presbitérios.

As Assembleias de Deus (CGADB e CONAMAD) e os batistas (CBB e CBN) não permitiam o pastorado feminino, e a IPB não autorizava também o diaconato e presbiterato. A Igreja Metodista ordenava mulheres desde a década de 1970, e a IECLB, por sua vez, ordenou sua primeira pastora em 1982. A IURD também não ordenava mulheres¹⁸.

A respeito da atuação dos vereadores em suas igrejas, o perfil é variado: Alexandre Isquierdo foi líder jovem da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada pelo pastor Silas Malafaia, principal apoiador de sua candidatura. Anteriormente, Malafaia havia apoiado uma candidatura malsucedida de Eliseu Kessler, filho do pastor Nemeuel Kessler, também da Assembleia de Deus. Na mesma denominação, mas em outra convenção, atuava o pastor Otoni de Paula Junior, sobrinho dos cantores Otoniel, Oziel e Ozeias de Paula.

Na Igreja Universal, João Mendes de Jesus e Inaldo Silva eram bispos, e Tânia Bastos atuava como obreira. O cirurgião Jorge Manaia, também militar e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), tornou-se o representante da Igreja da Graça na Câmara do Rio com a eleição de Adilson Soares, irmão de R. R. Soares, para a Câmara dos Deputados. Publicamente, sua vinculação ocorria apenas como membro da igreja, o que também se repetia com Matheus Floriano.

Marcelo Crivella assumiu o cargo de prefeito da cidade do Rio em 1º de janeiro de 2017, em sua terceira tentativa. Embora tenha iniciado sua gestão com medidas de impacto, como a diminuição de número de cargos comissionados, o corte de gratificações do

¹⁷ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Salvador: Sagga, 2021, p. 100.

¹⁸ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Salvador: Sagga, 2021, p. 93-94.

funcionalismo municipal e dos subsídios das escolas de samba para a realização do carnaval, não demorou para que o colapso na área da saúde se manifestasse.

Outro problema crônico foi a conservação das vias municipais, cujos investimentos caíram 73%, colaborando para a baixa aprovação de Crivella: em 2017, 40% dos cariocas consideravam sua gestão ruim ou péssima, contra 16% que afirmavam ser ótima ou boa¹⁹. A maior obra em andamento deixada por seu antecessor, o corredor BRT TransBrasil, passou por todo o mandato de Crivella sem conclusão.

No ano de 2018, o prefeito enfrentou graves denúncias de uso da máquina pública para favorecimento de candidatos de seu partido, como o seu filho Marcelo Hodge Crivella, eleito suplente de deputado federal. Um dos casos, popularizado como “fala com a Márcia”, em alusão à servidora Márcia Nunes²⁰, que facilitaria favores a evangélicos, motivou a discussão da cassação do prefeito, ainda em julho, rejeitada 29 votos a 16.

No mesmo ano, com 58% de reprovação, Crivella foi apoiador de Jair Bolsonaro à presidência e do ex-governador Anthony Garotinho (PRP), cuja candidatura foi indeferida pela Justiça Eleitoral, para novo mandato no Palácio Guanabara. A esposa de Crivella, Jane Crivella, formou chapa como primeira suplente do senador Eduardo Lopes (PRB), não reeleito.

No ano seguinte, prosseguiu em seu embate com o Grupo Globo, recusando-se a atender seus jornalistas e utilizando a transmissão do carnaval como mote²¹, reproduzindo comportamentos anteriormente explicitados pelo presidente Jair Bolsonaro²². Em seguida, radicalizando sua atuação quanto às pautas comportamentais, ordenou o recolhimento de gibis da Marvel com ilustrações de um beijo gay à venda na Bienal do Livro.

Entretanto, a maior crise enfrentada por seu governo foi o caso dos “Guardiões do Crivella”, grupo composto por servidores nomeados por Crivella que tinham por função

¹⁹ FOLHA DE S. PAULO. *Metas de Crivella, no Rio, ficam só no papel após um ano de administração*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1947449-metas-de-crivella-no-rio-ficam-so-no-papel-apos-um-ano-de-administracao.shtml>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

²⁰ G1. *‘Fala com a Márcia’: servidora da Comlurb diz que assessora Crivella graças a ‘horário flexível’*. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/19/servidora-do-fala-com-a-marcia-e-ouvida-em-cpi-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

²¹ ABRAJI. *Prefeito do Rio se recusa a atender repórter*. Disponível em <<https://abraji.org.br/prefeito-do-rio-se-recusa-a-atender-reporter>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

²² ESTADÃO. *Ataques a jornalistas são constantes no governo Bolsonaro; relembre os principais casos*. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/politica/jornalistas-agredidos-globo-bahia-bolsonaro-relembre-casos>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

dificultar o trabalho de jornalistas e de órgãos de fiscalização nas unidades de saúde do município, que em 2020 enfrentavam grave crise. O pedido de *impeachment* do prefeito – o quarto de cinco – não prosperou por pequena vantagem: 25 votos contrários e 23 favoráveis.

Candidato à reeleição em 2020, o bispo Marcelo Crivella foi derrotado no segundo turno pelo ex-prefeito Eduardo Paes (DEM) por 64,07% a 35,93%. Poucas semanas depois, em 22 de dezembro, Crivella foi preso e afastado do cargo de prefeito por ordem judicial, em decorrência da Operação Hades, assumindo o presidente da Câmara Municipal Jorge Felipe, pois o vice-prefeito, Fernando McDowell, havia falecido em 2018²³.

Os vínculos de grupos evangélicos representados na Câmara Municipal com a administração municipal eram transparentes, sendo alguns deles motivadores dos pedidos de cassação de Marcelo Crivella. Neste sentido, consideramos o melhor indício destas conexões seu comportamento diante das votações que decidiram o futuro do mandato – e da carreira – de Marcelo Crivella: com exceção do voto favorável do vereador Dr. Jorge Manaia no terceiro pedido, cuja motivação não foi explicitada, a bancada evangélica na Câmara Municipal rejeitou, integralmente, todas as iniciativas de investigação do prefeito da capital.

Tabela 2 – Votação dos vereadores evangélicos nos pedidos de *impeachment* de Marcelo Crivella

Nome	Voto 1º Imp. (jul/18)	Voto 2º Imp. (set/18)	Voto 3º Imp. (abr/19)	Voto 4º Imp. (3 set/20)	Voto 5º Imp. (17 set/20)
Alexandre Isquierdo	Não	Não	Ausente	Não	Não
Dr. Jorge Manaia	Não	Não	Sim	Não	Não
Eliseu Kessler	Não	Não	Não	Não	Não
Inaldo Silva	Não	Não	Não	Não	Não
João Mendes de Jesus	Fora do exercício	Fora do exercício	Fora do exercício	Não	Não
Matheus Floriano	Fora do exercício	Fora do exercício	Fora do exercício	Fora do exercício	Fora do exercício
Otoni de Paula	Não	Não	Renunciou	Renunciou	Renunciou
Tânia Bastos	Não	Não	Não	Não	Não

Considerações finais

A década de 2010 foi marcada por significativas transformações na sociedade brasileira, com dois pontos que afetaram diretamente nossa democracia: as manifestações de junho de 2013 e sua culminância, segundo Jessé Souza, no *impeachment* da presidente Dilma

²³ AGÊNCIA BRASIL. Justiça do Rio afasta prefeito Marcelo Crivella do cargo. Disponível em <<https://agenciabrasil.abc.com.br/justica/noticia/2020-12/justica-do-rio-afasta-prefeito-marcelo-crivella-do-cargo>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

Rousseff, objeto da análise de inúmeros cientistas políticos, como Wanderley Guilherme dos Santos²⁴, que o consideram um golpe parlamentar, dentro de uma nova ordem vigente na América Latina que tinha por objetivo desestabilizar governos de viés progressista sem que houvesse necessidade do uso da força, como ocorria nas quarteladas dos anos 1960 e 1970.

O Rio de Janeiro, enquanto uma das principais metrópoles do continente sul-americano, não passou imune a estes acontecimentos, sofrendo as consequências da escalada conservadora nos níveis regional e nacional. A eleição de Marcelo Crivella e de uma significativa bancada religiosa no Legislativo carioca demonstram a repercussão destes valores junto à nossa sociedade, promovendo a identificação e comprometimento por parte do eleitorado de direita, mesmo o não evangélico: em 2016, o bispo recebeu votação significativa por conta da junção das forças políticas contrárias à candidatura do esquerdista Marcelo Freixo.

Sua eleição foi também um laboratório no que tange aos projetos de poder concebidos por grupos evangélicos brasileiros: além de corroborar sua existência, o governo de Crivella evidenciou que os métodos utilizados podem não fugir ao fisiologismo, patrimonialismo, favorecimento de aliados e apadrinhados políticos e práticas questionáveis comuns à cultura política brasileira, podendo ser reproduzidas também em suas relações com o Legislativo.

Por último, justificamos a escolha das votações de abertura de *impeachment* contra Crivella por sua importância política, pela repercussão social e pelo fato delas servirem como uma espécie de termômetro das relações do prefeito com a Câmara de Vereadores, cuja reação favorável ocorreu mesmo que a despeito da impopularidade de Crivella ante a opinião pública.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. **Deus acima de todos**. In: ABRANCHES, Sergio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao Impeachment. Orientador: Sergio Miceli Pessoa de Barros. 1993. 303 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

²⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan (São Paulo)**, [S. l.], n. 13, p. 91-119, 2018. DOI: 10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.147255. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/147255>. Acesso em: 2 dez. 2022.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o impeachment de Dilma Rousseff. **Anais: XI Semana de História Política. Relações de Poder: Crise, Democracia e Possibilidades**, p. 898-914, 2016.

_____. **Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**. Salvador: Sagga, 2021.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão; LIMA, Samuel Braun Pereira. Brizolismo e antibrizolismo: a disputa eleitoral no Rio de Janeiro em 1998. **Revista de História da UFBA**, v. 9, p. 01-17, 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.